

06 de fevereiro de 2020

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



PROJETO DO GOVERNO VIABILIZA EXPLORAÇÃO DE MINÉRIOS EM TERRAS INDÍGENAS

As atividades só poderão ser realizadas em solo indígena com prévia autorização do Congresso Nacional e mediante consulta às comunidades afetadas.

O Projeto de Lei 191/20 regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e hidrocarbonetos em terras indígenas. A iniciativa do governo federal vai ao encontro de declarações recentes do presidente Jair Bolsonaro, que defende o aproveitamento econômico de territórios indígenas.

“Em Roraima, tem trilhões de reais embaixo da terra. E o índio tem o direito de explorar isso de forma racional, obviamente. O índio não pode continuar sendo pobre em cima de terra rica”, disse Bolsonaro, em abril de 2019, ao encontrar representantes das etnias Parecis (Mato Grosso), Macuxi (Roraima), Xucuru (Pernambuco) e Yanomamis (Amazonas/Roraima), que reivindicam o direito de explorar as reservas tradicionais.

O projeto define condições específicas em que poderá haver pesquisa e lavra de recursos minerais e de hidrocarbonetos (petróleo, gás natural) em terras indígenas, bem como o aproveitamento hídrico para geração de energia elétrica nessas áreas. De acordo com a Constituição Federal, essas atividades só podem ser realizadas em solo indígena com prévia autorização do Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, e mediante consulta às comunidades afetadas, as quais é assegurada participação nos resultados.

Estudo técnico

Além das imposições constitucionais, o texto do Executivo determina que a exploração econômica do subsolo indígena deverá assegurar indenização às comunidades afetadas, já que a atividade impede que eles explorem a própria terra (restrição ao usufruto). O cálculo da indenização levará em conta o grau de restrição imposto pelo empreendimento.

O texto exige ainda estudos técnicos prévios para avaliar o potencial exploratório dos recursos, os quais independem de autorização do Congresso Nacional e podem ser realizados ainda que haja processo de demarcação de terras indígenas em curso.

Atividades de mineração ou de exploração de recursos hídricos que tenham sido regularmente outorgadas anteriormente à homologação de processo de demarcação da terra indígena deverão ser

autorizadas pelo Congresso Nacional no prazo de quatro anos, contado do ato de homologação e ouvidas as comunidades indígenas afetadas.

Caberá ao órgão ou entidade responsável pelo estudo prévio solicitar à Fundação Nacional do Índio (Funai) que faça a interlocução com as comunidades indígenas afetadas, a fim de que sejam respeitados usos, costumes e tradições dos povos tradicionais envolvidos. Caso a interlocução não seja possível ou não haja autorização para o ingresso na terra indígena, o estudo técnico poderá ser elaborado com dados e elementos disponíveis.

Após a conclusão do estudo prévio, o governo federal definirá quais áreas poderão ser exploradas. No caso de minérios, as áreas autorizadas pelo Congresso Nacional para a realização de pesquisa e lavra serão licitadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Participação nos resultados

O projeto reserva às comunidades indígenas cujas áreas sejam utilizadas para a exploração econômica o direito de receber, a título de participação nos resultados, pagamentos de 0,7% do valor da energia elétrica produzida, 0,5% a 1% da produção de petróleo ou gás natural e 50% da compensação financeira pela exploração de recursos minerais.

O texto prevê ainda a criação de conselhos curadores, de natureza privada, que serão compostos apenas por indígenas e pelos responsáveis pela gestão e pela governança dos recursos financeiros decorrentes dos pagamentos. Os pagamentos relativos à participação nos resultados e às indenizações por restrição ao usufruto serão depositados pelo empreendedor, por meio de transferência bancária, na conta do respectivo conselho curador. Na distribuição dos recursos, os conselhos curadores deverão prezar pela repartição justa dos recursos, pela autonomia da vontade dos povos envolvidos, pelo respeito aos modos tradicionais de organização e pela legitimidade das associações representativas das comunidades indígenas afetadas.

Lavra garimpeira

O Projeto de Lei 191/20 prevê permissão para lavra garimpeira em terras indígenas em áreas definidas pela ANM, desde que haja consentimento das comunidades indígenas afetadas. A agência concederá o prazo de 180 dias para que as comunidades indígenas afetadas manifestem interesse em realizar a garimpagem diretamente ou em parceria com não indígenas. Em 1996, o Projeto de Lei 1610/96, do ex-senador Romero Jucá, já criava regras para a exploração de minérios em terras indígenas. Em 2015, foi criada uma comissão especial para analisar o projeto, que teve parecer favorável do ex-deputado Eduardo Valverde. O parecer, entretanto, não chegou a ser votado.

Acesse a proposta na íntegra: [PL-191/2020](#).

Fonte: Câmara dos Deputados

Data: 06/10/2020



ZEMA QUER VENDER MAIOR MINA DE NIÓBIO DO MUNDO, MAS NÃO SABE VALOR, DIZ MP

O endividamento de R\$ 230 bilhões do estado de Minas Gerais é a justificativa do governador Romeu Zema (Novo) para pôr à venda a estatal responsável pela mais importante mina de nióbio do mundo, a de

Araxá (367 km de Belo Horizonte). Zema quer vender a jazida embora o governo não saiba quanto ela vale, o que pode render um prejuízo de bilhões de reais ao estado, segundo o Ministério Público de Contas.

O governo não conhece o potencial financeiro da jazida porque ela seria "tutelada" por uma empresa privada, a gigante de mineração CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração) —que pertence à família Moreira Salles, proprietária do banco Itaú—, também dona de uma jazida em Araxá.

A mina do governo pertence à Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais), a estatal que Zema quer vender. Com o dinheiro, ele promete quitar dívidas trabalhistas, mesmo que para isso ele abra mão de uma receita anual de pelo menos R\$ 1 bilhão durante 400 anos. Este é o período estimado de atividade da mina se ela continuar explorada nos níveis atuais.

De acordo vantajoso a calote

Das minas da Codemig e da CBMM saem 80% de todo o nióbio comercializado no mundo. Utilizado para beneficiar ligas metálicas para fins tecnológicos e aeroespaciais, o nióbio é dinheiro garantido na conta do governo mineiro desde 1972. Naquele ano, a Codemig fechou um acordo vantajoso com a CBMM.

As duas empresas criaram uma terceira, a Comipa (Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá), que explora o material das minas e entrega todo o minério à CBMM, que produz o ferronióbio (seu principal produto), vende para mais de 50 países e repassa 25% dos lucros à Codemig.

É aí que começa o problema, diz o MP.

A CBMM controlaria de fato as ações da Comipa, segundo a Promotoria. Como o governo e a Codemig recebiam o dinheiro sem participação ativa na exploração, a empresa dos Moreira Salles teria se aproveitado disso.

Uma denúncia feita pelo ex-presidente da Codemig Marco Antônio Castello Branco, com base em uma auditoria feita pela estatal, afirma que o teor de nióbio da mina estatal é 18% maior que a do mineral extraído da jazida da CBMM, uma diferença não repassada à Codemig de aproximadamente R\$ 5 bilhões desde 1972.

"Não é verdade", afirmou ao UOL Renata Ferrari, gerente-executiva de Relações Institucionais da CBMM.

"A mina da CBMM é 26% maior em quantidade de minério [em comparação com a] da Codemig, que por sua vez possui 11% a mais óxido de nióbio. Essa diferença sempre foi conhecida e fez parte da parceria quando o contrato foi assinado."

Zema preferiu não insistir com a denúncia de Castello Branco. No lugar, apresentou projetos de lei à Assembleia Legislativa mineira para se desfazer da estatal, mesmo sem saber quanto ela vale.

"O controle da Comipa é realizado, de fato, pela CBMM, que detém as informações e os dados estratégicos do negócio. O estado é tutelado. Ele recebe esses 25% e fica por isso mesmo. Não existe fiscalização, acompanhamento, controle de nada", afirmou ao UOL a procuradora Maria Cecília Borges, que estuda o assunto há cinco anos.

A executiva da CBMM negou que sua empresa tutele a Codemig e o Estado. "O lucro que é pago pela CBMM é auditado trimestralmente por empresas contratadas pela Codemig. Existe total transparência com o nosso parceiro."

Ao UOL, o secretário de Planejamento e Gestão do governo mineiro, Otto Levy, negou que a Codemig seja tutelada pela parceira, mas não informou o valor estimado da mina. "O valor só será importante na hora que for discutir a privatização. Temos uma ideia de quanto custa, mas só vamos discutir na hora de privatizar."

A privatização

O projeto de lei 1203/19 pedindo a privatização da estatal só aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça para ir a plenário. Mas o projeto 1205/19 já foi aprovado pelos deputados e sancionado por Zema: polêmico, o texto permite ao governo antecipar os valores que receberia da CBMM pelos próximos 13 anos.

"Se essa operação for bem sucedida, (...) vamos pagar o 13º e terminar com o parcelamento [dos salários]", afirmou Levy no ano.

Com a autorização, o governo espera executar a operação de recebíveis ainda no primeiro trimestre deste ano e arrecadar entre R\$ 4 bilhões e R\$ 6 bilhões. Acontece que, segundo a prestação de contas da Codemig ao MP, a estatal recebeu R\$ 1,2 bilhão da CBMM entre janeiro e novembro do ano passado. Ao UOL, a CBMM deu outro valor: R\$ 900 milhões em 12 meses.

Considerando os valores e mantido o atual nível de extração das minas, o governo receberia da CBMM ao menos R\$ 13 bilhões no mesmo período, mais do que o dobro oferecido agora pela antecipação dos recebíveis.

Levy refuta a conta do MP. Ele diz que apenas 49% dos créditos seriam vendidos na bolsa e que o restante, 51%, continuará entrando nos cofres da Codemig (Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais), outra estatal mineira que controla a Codemig.

Renata Ferrari, da CBMM, negou o repasse de verba à Codemig. "Os 25% que a CBMM repassa dos lucros é para Codemig. Ela é a nossa parceira; o que acontece com o dinheiro depois a gente não sabe."

E se a exploração crescer?

Segundo a procuradora, o governo erra ao calcular o que espera embolsar dos recebíveis ao levar em consideração o que recebeu da CBMM nos últimos anos. "Nenhuma empresa é avaliada apenas pelo que produziu no passado, mas sobre seu potencial futuro", diz a procuradora. E a expectativa é que a produção de nióbio cresça. As CBMM estima que as 90 mil toneladas métricas extraídas de ferronióbio em 2018 cheguem a 150 mil toneladas já no ano que vem. A CBMM informou ao MP que "haverá um boom do nióbio, com produção duplicada em quatro anos". "Mas essas informações não são levadas em conta pelo governo", diz Maria Cecília.

"A CBMM já informou que trabalha com a Toshiba na formulação de uma superbateria de nióbio para carro elétrico, que deve ficar pronta em dois anos. Ela poderá recarregar em seis minutos, em vez das seis, oito horas necessárias hoje em dia", afirma a procuradora.

O rombo nas contas de Minas

Zema precisa privatizar a Codemig para se adequar ao Regime de Recuperação Fiscal, criado pelo governo Michel Temer em 2017 e mantido por Bolsonaro. Com ele, Minas poderá suspender o pagamento de sua dívida com a União por três anos. Depois, terá de retomar os pagamentos com juros e correção monetária.

Com a antecipação do dinheiro da Codemig, o governo quitará os salários atrasados com os servidores e a primeira parcela de uma dívida de R\$ 7 bilhões com as prefeituras referente a repasses

atrasados do IPVA (Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores) e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

"Falta um olhar estratégico", acredita Ivan Beck, economista especializado em finanças de organizações públicas pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

O secretário do planejamento afirma que a atual gestão reduziu o déficit previsto para o ano passado de R\$ 15 bilhões para R\$ 8 bilhões. "As ações estruturais que nós queremos tomar estão incluídas no programa de recuperação fiscal, que inclui a reforma da previdência e privatização de empresas."

Zema não pretende parar na privatização da Codemig. Em outubro do ano passado, ele afirmou que "a intenção é vender todas as empresas de Minas". "Estamos enviando inicialmente a Codemig, mas é nossa intenção que vá a Cemig, a Copasa e a Gasmig", afirmou.

O MPC (Ministério Público de Contas) fez um parecer pedindo ao TCE (Tribunal de Contas do Estado) as prestações de contas detalhadas. Depois de três votos favoráveis ao parecer, a corte suspendeu o julgamento após pedido de vista. Ainda sem data para ser retomado, o caso será encerrado depois que votarem os sete conselheiros do tribunal.

"Da forma como foi apresentada a operação ao TCE e ao MPC, concluiu-se que a operação não atende ao princípio constitucional da economicidade. A Codemig não tem a base de dados para verificar se esse R\$ 1 bilhão que ela recebeu em 2019 está correto", diz a procuradora. "A Codemig é o nióbio. Como saberemos se a venda é justa se o governo não sabe se esse valor está certo?"

Fonte: Notícias UOL

Autor: Wanderley Preite Sobrinho

Data: 31/01/2020



SUPREMO VAI DEBATER LEI DE GOIÁS QUE PERMITE EXPLORAÇÃO DE AMIANTO

Lei goiana ignora decisão do próprio STF sobre o tema

Na próxima sexta-feira, volta à pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) a discussão sobre a proibição do uso do amianto. O julgamento, que a princípio está marcado para acontecer no plenário virtual da corte, vai decidir se é constitucional ou não a lei sancionada em julho do ano passado pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que autoriza a extração e exportação do amianto crisotila no Estado. No centro dessa discussão está a cidade de Minaçu, com cerca de 35 mil habitantes, e a mineradora Sama, controlada pela Eternit.

A nova lei goiana ignorou a decisão do STF de 2017, que proibiu a produção de amianto no país por considerá-lo cancerígeno e potencialmente danoso à saúde, especialmente daqueles que trabalham diretamente com o mineral. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), todos os tipos de amianto causam câncer. O uso do mineral já é proibido em mais de 60 países.

Uma fonte ligada ao governo de Goiás, porém, afirma que a batalha jurídica a favor do amianto já é considerada perdida e foi encampada por Caiado apenas como uma estratégia política, para mostrar que ele estava lutando pelos empregos da região.

Com a publicação do acórdão do julgamento em fevereiro do ano passado, a Sama foi obrigada a paralisar as atividades em Minaçu. Em maio, mais de 400 funcionários foram dispensados. Hoje, a mina

encontra-se em estágio de “hibernação”. A Eternit mantém cerca de dez funcionários para a manutenção do local.

Prestes a completar um ano do fechamento da mina, a cidade ainda busca alternativas econômicas para substituir a extração do amianto. A prefeitura aumentou os investimentos no turismo e no pequeno produtor, mas a grande expectativa está depositada em outra mina, a poucos quilômetros da unidade da Sama, da empresa Serra Verde, que vai explorar terras raras.

Segundo o prefeito de Minaçu, Zilmar Duarte, espera-se que, até o final do ano, 1,5 mil pessoas sejam contratadas pela nova mineradora, o que gerará outros 3,5 mil empregos indiretos.

Questionado sobre o impacto do fim da produção de amianto para a cidade, Duarte compara a situação com Brumadinho (MG), onde o rompimento de uma barragem da Vale matou 270 pessoas em janeiro do ano passado. “Ficou um caos, como Brumadinho, mas sem as mortes”, disse.

O prefeito afirma que o maior problema foi a queda na arrecadação do ICMS ligado à mineração, que deve zerar em 2022. Ele também aponta que a Sama era responsável por financiar os sistemas de saúde e educação do município, o que gerou impacto aos cofres públicos.

Zilmar Duarte está no grupo que defende que a exploração do material é segura. “O sentimento na cidade foi de que a decisão do STF (de banir a exploração) foi precipitada”, afirmou.

Ele, no entanto, acredita que o novo julgamento no STF não vai mudar o quadro atual. “A esperança é a última que morre. Mas eu não vejo condição de o Supremo voltar atrás na decisão.”

A ação que vai ser julgada a partir de sexta-feira foi apresentada pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), após a lei goiana ter sido sancionada. O julgamento será no plenário virtual, isto é, quando os ministros não se reúnem pessoalmente, apenas apresentam seus votos no sistema eletrônico.

Sobre a ação de 2017, ainda restam pendentes os chamados embargos de declaração, impetrados por entidades que tentam modular a decisão do STF para permitir a extração para exportação do amianto pelos próximos cinco ou dez anos.

A presidente da Anamatra, Noemia Porto, defende que o Supremo considere a lei de Goiás inconstitucional, mesmo que a exploração do amianto seja voltada apenas para o mercado externo. “Vê se faz sentido a gente parar de adoecer e matar trabalhadores brasileiros, e passar a adoecer e matar quem comprar nosso produto na Índia?”, disse. Ela também aponta que a discussão não é mais sobre a produção do amianto no país, já que atualmente a única empresa que explora o mineral é a Sama.

Noemia relativiza ainda o fato de que o fechamento da mina trouxe impactos na economia de Minaçu. “Quais empregos nós queremos gerar? Nós queremos empregos que o posto de trabalho vai gerar a morte do empregado? Esse posto de trabalho não pode interessar a uma economia que precisa se pautar por um desenvolvimento sustentável”, afirma a presidente da entidade. Procurado, o governo de Goiás afirmou que não iria se pronunciar sobre o julgamento do STF. A Sama também não quis se manifestar. Já a nova mineradora de Minaçu, Serra Verde, afirmou que não gostaria de ter seu nome vinculado a uma reportagem sobre amianto.

Fonte: Valor Econômico

Autora: Isadora Peron

Data: 03/02/2020

PROPOSTA REGULAMENTA EXPLORAÇÃO DE MINERAL NÃO RADIOATIVO USADO POR SETOR NUCLEAR

O Projeto de Lei 5755/19 estabelece que a relação e a quantidade de minerais não radioativos que serão disponibilizados anualmente para aplicação na área nuclear serão definidas em regulamento do Poder Executivo. O texto altera a Lei 4.118/62 e tramita na Câmara dos Deputados.

De autoria dos deputados Fábio Ramalho (MDB-MG) e Igor Timo (Pode-MG), a proposta determina também que a exploração comercial destes minerais não radioativos ficará condicionada ao beneficiamento e industrialização da substância no País. A exportação do minério bruto poderá ser sobretaxada em valor igual ao triplo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) devida. A CFEM é conhecida como os royalties do setor mineral.

Atualmente, a indústria de energia nuclear utiliza, no seu processo produtivo, minerais não radioativos que têm aplicação importante na indústria não nuclear. Um exemplo é o lítio, metal usado tanto em reatores nucleares como na fabricação de baterias de celulares e graxas lubrificantes.

O projeto dos deputados visa garantir as condições de utilização destes metais pelos dois mercados, evitando que um se sobreponha ao outro. “Desse modo, pretendemos associar a proteção da área nuclear com a eficácia no processamento de elementos de seu interesse e o aporte de receitas à União”, afirmam os parlamentares na justificativa do projeto.

Tramitação

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Minas e Energia; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Câmara dos Deputados

Autor: Janary Júnior

Data: 24/01/2020



ANM LANÇA SISTEMA PÚBLICO DE MONITORAMENTO DE BARRAGEM DE MINERAÇÃO

Ferramenta oferece informações sobre 816 barragens do país

A Agência Nacional de Mineração lançou hoje (24) a versão pública do sistema que gere as informações sobre barragens de mineração. O Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração (SIGBM) está disponível e todos os cidadãos podem acompanhar em tempo real como está a situação das barragens do país.

O sistema disponibiliza informações como categoria de risco, altura, volume e método construtivo da barragem, dano potencial, entre outros. São centenas de dados sobre todas as 816 barragens de mineração brasileiras que passam a ser monitorados pelos cidadãos.

“Qualquer pessoa consegue saber, à medida que os responsáveis forem lançando no sistema, o que se passa com as barragens de sua redondeza. Vamos colocar relatórios sintéticos em linguagem acessível, com figuras e fotos, para que uma pessoa comum consiga entender o que está ocorrendo”, explica o diretor da ANM, Eduardo Leão.

O SIGBM já é um sistema conhecido pelos mineradores. Nele, tanto as empresas quanto os fiscais da ANM inserem as informações sobre as vistorias em campo. Uma vez no sistema, os dados são cruzados e permitem que os fiscais gerenciem as informações reportadas, priorizem as fiscalizações e apliquem sanções. É o sistema também que avisa quando uma barragem aumenta o nível de emergência, exigindo e acionando ações preventivas e até mesmo intervenções.

A versão pública permite que o cidadão veja dados abertos da barragem como nome e CNPJ da empresa, estado e município em que se localiza, tipo de rejeito armazenado, estado de conservação, se ela está inserida no Plano Nacional de Segurança de Barragem (PNSB) ou se tem Plano de Ação Emergencial (PAE). É possível também fazer comparações entre barragens por regiões, estados ou municípios, gerar gráficos, tabelas e estatísticas e até ver uma imagem da barragem.

“A transparência e comunicação são as maiores marcas de uma agência reguladora. Temos que estar cada vez mais próximos da sociedade e não importa se é física ou digitalmente. Espero que num futuro não tão distante, o aprimoramento deste sistema possa gerar um alerta de celular para quem habita uma região onde pode haver algum risco de rompimento de barragem. Isso já ocorre em alguns países, como no Japão, em caso de tsunamis e terremotos. Um dia teremos orçamento suficiente para conseguir adequar todos os nossos sistemas para o seu melhor uso pela sociedade e setor mineral”, afirma Leão.

Fonte: Agência Brasil

Autora: Najara Carvalho

Data: 24/01/2020



MINISTRA INTERINA FALOU SOBRE OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO GOVERNO NA FISCALIZAÇÃO DE BARRAGENS

“Temos enfrentado situações desafiadoras”, disse a Ministra Interina do Ministério de Minas e Energia (MME), Marisete Pereira, ao falar sobre os desafios enfrentados pelo governo na fiscalização de barragens. A declaração foi feita na abertura da “Oficina de Capacitação para fiscalização de barragens de mineração”, realizada hoje, 27, pela Agência Nacional de Mineração (ANM), no auditório térreo do MME. “As circunstâncias têm exigido muito esforço e dedicação do corpo técnico da ANM”, afirmou ao se pronunciar sobre a necessidade do governo em contratar e capacitar pessoal para a fiscalização de barragens de rejeitos de mineração.

Marisete explicou ainda, que a consultoria especializada só foi possível devido a alteração do Decreto, que viabilizou a terceirização para auxiliar os trabalhos da equipe de fiscalização da ANM. O contrato integra o conjunto de ações do MME que visa a estruturação da ANM, bem como atende ao cumprimento do Acordo Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público Federal por ocasião da Ação Civil Pública, em andamento na 5ª Vara Federal - Seção Judiciária de Minas Gerais.

Para a Secretária-Adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Lilia Sant’Agostino, é importante fazer cursos e manter a equipe atualizada. “Ao podermos melhorar as nossas fiscalizações de barragens, nós estamos melhorando a qualidade da nossa mineração e também dando mais segurança à população do entorno”, ponderou.

Também foi destacado pela Ministra Interina do MME e pela Secretária-Adjunta da SGM, o comprometimento e a dedicação do corpo técnico da Agência, que atua na fiscalização de barragens.

Oficina de Capacitação

O curso foi organizado pela ANM, para capacitação de seu corpo técnico e terá cinco dias de duração, quando serão ministrados conteúdos relacionados à gestão de riscos, conceitos de empreendimentos mineiros e definição de estruturas, ensaios e investigações, critérios de projeto, fatores de segurança, modos de falha, mapas de inundação, Plano de Ações emergenciais para Barragens de Mineração - PAEBM, Dam break, plano de trabalho, cronograma, check-list de informações a receber das mineradoras e apresentação de casos. O evento compõe o escopo do contrato de "Prestação de Serviços de Assessoria Técnica Especializada em Hidrologia, Hidráulica, Geotecnia e Segurança de Barragens", celebrado entre a ANM e a empresa AECOM do Brasil, para o qual ainda estão previstas as etapas de análise crítica do "Manual de Fiscalização da ANM" e de procedimentos de fiscalização para 336 barragens de mineração localizadas nos Estados do Amazonas, Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

A ANM

A Agência teve a disponibilidade orçamentária e financeira preservada para fiscalização de barragens, o que efetivou o cumprimento do Acordo Judicial MPF-MG/ANM. A suplementação do orçamento em R\$ 7,1 milhões, possibilitou a compra de veículos para fiscalização (R\$ 3,3 milhões), computadores e tablets (R\$ 784 mil) e sistema SIGBM público (R\$ 700 mil). Além da contratação de consultoria especializada, houve também a capacitação para servidores através de curso de pós-graduação para 16 servidores, em andamento desde setembro de 2019.

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Data: 27/01/2020



TÉCNICOS REFORÇAM ANM E FAZEM CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA FISCALIZAR BARRAGENS

Um workshop no Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília (DF), realizado de segunda-feira (27) a sexta-feira (31), vai capacitar os técnicos que passarão a reforçar a Agência Nacional de Mineração (ANM) nas fiscalizações de barragens de mineração. Segundo a Agência, o curso vai alinhar os procedimentos técnicos da ANM junto aos profissionais da empresa de engenharia Aecom, consultoria especializada em geotecnia.

O serviço faz parte de um acordo entre o Ministério Público Federal e a União, que disponibilizou, no final de 2019, recursos exclusivos para a estruturação do setor de barragens da ANM, contemplando também a contratação de assessoria técnica na Fiscalização das Barragens de Mineração. A americana Aecom foi escolhida por sua expertise internacional em barragens de mineração, além de não ter nenhum vínculo com as mineradoras do Brasil. O contrato tem duração de 24 meses.

"A nossa equipe está bem estafada estando muito em campo. A empresa vai nos ajudar com a vistoria e fiscalização das barragens, principalmente das barragens de alto risco. Que a gente consiga realizar realmente em plenitude a Política Nacional de Segurança em Barragens, com vistorias e todos os aperfeiçoamentos que nós possamos dar na nossa questão de barragens", disse o diretor da ANM, Eduardo Leão, na abertura do encontro.

Durante a semana, serão abordados temas como gestão de riscos, abordagem e metodologia da Aecom, fatores de segurança, definição de estruturas, conceitos de empreendimentos mineiros, plano de trabalho e apresentação de cases da empresa contratada, ensaios e investigações, critérios de projeto, modos de falha, mapas de inundação, Plano de Ações emergenciais para Barragens de Mineração (PAEBM), Dam break, cronograma, check-list de informações a receber das mineradoras e apresentação de casos. Leão

lembrou da iniciativa do Governo Federal, que alterou a regra para contratação de empresa para as áreas finalísticas, possibilitando a vinda do reforço. "Acredito que a gente vá usar isso não só para barragens, mas também para outras áreas de fiscalização e fechamento de mina e qualquer outra atividade que seja um pouco mais específica, que fuja um pouco também do nosso quadro", explicou.

De acordo com a ministra em exercício de Minas e Energia, Marisete Pereira, esta estruturação da mineração é uma prioridade do governo. "O evento permite que a gente possa, por meio dessa alteração do decreto, inovar em relação à capacitação de pessoas, inovar no sentido de trazer mais pessoas para aliviar um pouco a carga", afirma.

A secretária adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Lilia Sant'Agostino, lembrou dos esforços dos fiscais da ANM nos últimos meses.

"Apesar de estarem em número pequeno, o desafio é muito grande. Essa não é só uma capacitação, mas uma troca de experiência, porque acredito que esta equipe galgou um nível muito elevado de conhecimento do problema, e claro, sempre necessitando de capacitação, mas eles também já trazem muito conhecimento pela prática e pelas dificuldades que foram enfrentadas e superadas", disse.

Projeto

O workshop compõe o escopo do contrato de "Prestação de Serviços de Assessoria Técnica Especializada em Hidrologia, Hidráulica, Geotecnia e Segurança de Barragens", celebrado entre a ANM e a empresa AECOM do Brasil, para o qual ainda estão previstas as etapas de análise crítica do "Manual de Fiscalização da ANM" e de procedimentos de fiscalização para 336 barragens de mineração localizadas nos Estados do Amazonas, Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

A ANM teve a disponibilidade orçamentária e financeira preservada para fiscalização de barragens, o que efetivou o cumprimento do Acordo Judicial MPF-MG/ANM. A suplementação do orçamento em R\$ 7,1 milhões possibilitou a compra de veículos para fiscalização (R\$ 3,3 milhões), computadores e tablets (R\$ 784 mil) e do sistema SIGBM público (R\$ 700 mil). Além da contratação de consultoria especializada, houve também a capacitação para servidores através de curso de pós-graduação para 16 servidores, em andamento desde setembro de 2019. As informações são da ANM e do MME.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 28/01/2020



NEW STEEL É APOSTA DA VALE PARA TRATAR REJEITOS

Adquirida em 2018, antes do desastre da barragem de Brumadinho, a empresa de tecnologia a seco será responsável por 1% do volume total gerado pela Vale

Adquirida no fim de 2018 pela Vale, a New Steel é uma das apostas da mineradora para reduzir o uso de água e a necessidade de barragens na concentração de minério de ferro. Em 2024, a expectativa da Vale é de que a tecnologia de concentração magnética a seco desenvolvida pela New Steel responda por 1% no volume de rejeitos produzidos pela companhia. Esse volume virá de uma unidade a ser inaugurada em 2022 em uma das operações em Minas Gerais, ao custo de US\$ 100 milhões e com capacidade de concentrar 1,5 milhão de toneladas por ano de minério.

Vagner Loyola, diretor da cadeia de valor de minerais ferrosos da Vale, ressalta que, atualmente, 60% da produção de minério de ferro da Vale é por umidade natural. Mas essa produção, usada em larga escala

no Pará, somente é possível quando há alto teor de ferro nos minérios, caso da região de Carajás. Em Minas Gerais, com jazidas com teor na casa dos 40%, a concentração, tradicionalmente feita com água, é necessária.

A Vale vai investir US\$ 1,8 bilhão para elevar esse percentual de produção a seco para 69% em 2024, reduzindo a produção de rejeitos úmidos dos atuais 40% para 31%. Desse percentual, 16% serão secos pelo processo de filtragem, enquanto a New Steel será responsável pela secagem e concentração de 1%. Os demais 14%, ainda concentrados a úmido, serão depositados em barragens a jusante - diferente da que rompeu em Brumadinho - ou em cavas de minas desativadas. “É o uso da inovação para reduzir as barragens, tecnologia que [a Vale] já vem desenvolvendo há muito tempo”, diz Loyola.

O diretor da mineradora frisa que a produção por umidade natural vem aumentando na Vale desde 2016. Nas operações de Minas Gerais, todas as unidades que poderiam passar para produção a seco, já passaram. A questão é que, sem o uso de água, e conseqüentemente de barragens, as unidades não conseguiam concentrar os minérios. Agora, com tecnologias como a da New Steel, esse novo passo já pode ser dado pela companhia.

Em abril, a New Steel vai inaugurar um projeto-piloto no Centro Tecnológico de Ferrosos que a mineradora mantém em Nova Lima (MG). A instalação do projeto custará US\$ 8 milhões e a unidade será capaz de concentrar 30 toneladas por hora de minério a seco, utilizando a tecnologia brasileira para separação magnética de rejeitos.

Nesse processo de utilização de ímãs para separação dos rejeitos, a New Steel consegue entregar um concentrado com até 68% de teor de ferro, produzido a partir de minério pobre (baixa concentração de ferro) - 42%.

O presidente da New Steel, Ivan Montenegro, chegou há cinco anos na companhia, depois de passar 25 na própria Vale. A tecnologia de concentração a seco desenvolvida na fábrica de Xerém, na área industrial de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, foi batizada de Fines Dry Magnetic Separation (FDMS) e já teve patente reconhecida em 59 países. O executivo destaca que a economia de água no processo de concentração de minério de baixa qualidade é significativa.

Em um processo normal a úmido, chamado flotação - a cada 1 tonelada de minério concentrado são utilizados 500 litros de água. Montenegro lembra que em 2022 será a vez de instalar a tecnologia em escala maior, em uma operação em Minas Gerais - o local exato ainda não está definido - que será capaz de produzir 1,5 milhão de toneladas anuais de concentrado de minério. “A qualidade do resultado é semelhante à da flotação. Só que sem água e sem a necessidade de barragens de rejeitos”, diz.

A tecnologia evoluiu desde 2013. Na época, os equipamentos permitiam um ritmo de 5 toneladas por hora, passando para 15 em 2015 e 30 toneladas em 2017. O diretor-técnico da New Steel, Mauro Yamamoto, ressalta que mais de 10 mil amostras de minério do quadrilátero ferrífero já foram analisadas pela empresa e destaca que atualmente a companhia já consegue eficiência de recuperação de 90% do minério contido em jazida de baixo teor.

Os estudos vão além da recuperação do minério. O próprio rejeito, sílica na maior parte, tem possibilidade de uso em indústrias como a construção civil e a fabricação de vidros. Atualmente, a New Steel estuda possibilidades de comercializar o concreto fabricado a partir da sílica que sobra no processo de concentração de minério de ferro. “O desafio agora é dar uma destinação a esse rejeito”, afirma Montenegro. O projeto-piloto em Nova Lima será o segundo da Vale, que entre 2015 e 2017 operou uma pequena unidade na mina de Fábrica, no estado. Montenegro lembra que os bons resultados foram fundamentais para que a empresa enxergasse o potencial na tecnologia que utiliza ímãs para concentrar o minério.

A batalha agora é na redução dos custos. Os US\$ 100 milhões que serão gastos na unidade que a partir de 2022 vai operar em uma das minas da Vale representarão um custo de instalação de US\$ 66 por tonelada. Montenegro frisa que esse custo é menor que o de projetos que utilizam os métodos tradicionais para concentração. “É mais barato que a concentração a úmido porque não há investimento na construção de barragens ou pilhas”, diz.

A empresa também busca reduzir os custos de suas operações. Atualmente, a secagem do minério - primeira etapa do processo de concentração - é feita em aquecedores a gás, mas a companhia já desenvolveu uma forma de utilizar microondas, mais eficientes. As estimativas são de que o gasto com energia caia 50% com o uso dos microondas. Yamamoto lembra que começou a pesquisar a possibilidade de utilizar microondas para secar minério ainda nos anos 80, mais especificamente em 1985, quando pegou o aparelho da própria casa e levou para o laboratório em que trabalhava para testar a secagem de minério. “O processo já é competitivo e temos o desafio de torná-lo ainda mais competitivo”, diz Montenegro. Concentrar o minério é fundamental para operações de blendagem (mistura) da Vale na Ásia, em volumes que, por ano, somam 150 milhões de toneladas. Nessas operações, são misturados minérios de alto teor com produtos de menor teor de ferro, compondo um “blend” que é fornecido ao mercado. A empresa tem unidades em países como China e Malásia.

Fonte: Valor Econômico

Autor: Rafael Rosas

Data: 24/01/2020



RETOMADA DE PESQUISAS MINERÁRIAS NO BRASIL DEVE DEMORAR A OCORRER

O setor extrativo brasileiro necessita urgentemente de novos investimentos em pesquisas minerárias. E apesar de já somar uma década sem aportes nesse sentido, a retomada das análises geológicas no país demandará tempo para ocorrer. A estimativa varia entre cinco a dez anos e se justifica não apenas pela necessidade de liquidez dos ativos para atrair interessados, mas também pelas intempéries dos órgãos públicos de regulação e fiscalização nacionais.

A avaliação é do presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), Elmer Prata Salomão. Segundo ele, um dos caminhos para viabilizar tais inversões passa por uma estrutura de mercado de capitais dedicada ao setor, aos moldes do que já ocorre no Canadá e na Austrália. No entanto, o modelo é complexo para ser implementado.

"Não vamos conseguir da noite para o dia. Quando fui diretor do antigo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), na década de 1990, já buscava construir um modelo de captação de recursos junto com a Bolsa do Rio de Janeiro e alguns bancos privados, e não foi possível. O processo é mais complexo do que se pode imaginar", declarou.

Segundo o especialista, trata-se apenas de uma questão de mercado, já que, embora estruturar o mecanismo seja mais simples, garantir a liquidez demandará maior esforço. Neste sentido, ele ressaltou que o momento parece ser oportuno, uma vez que a taxa básica de juros (Selic) se encontra em menor nível histórico (4,5%) e os investimentos de maior risco tornam-se mais rentáveis, ao passo que os de renda fixa ficam menos atrativos.

De toda maneira, Salomão ponderou que investimentos de risco não integram o perfil investidor da maioria dos brasileiros, e que as próprias grandes companhias nacionais já começam a aplicar capital em

pesquisas minerárias em outros países, como é o caso do Grupo Votorantim. Isso tem ocorrido, de acordo com o conselheiro da ABPM, por causa das amarras do setor em solo nacional.

"As grandes empresas que ainda investem por aqui focam apenas no entorno das suas próprias minas. Não há busca por novos ativos. Já as empresas de menor porte necessitam de capital", disse.

A fuga das empresas, segundo o especialista, se deve também por causa do emparelhamento dos órgãos de regulação e fiscalização nacionais. "Há uma empresa canadense com jazida de ouro no Xingu que não consegue as licenças ambientais. É o único projeto de ouro nacional que está entre os 20 maiores do mundo, com área pesquisada e pronta para receber a mina. Não sai do papel porque não é do interesse de algumas instituições", denunciou.

Isso aumenta ainda mais a necessidade de se buscar aportes internacionais. No caso dos recursos estrangeiros, a retomada das pesquisas geológicas ganhou outros dificultadores com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minério de ferro em solo brasileiro nos últimos anos - da Samarco em 2015 e da Vale, no ano passado, ambas em Minas Gerais.

"A imagem da mineração brasileira foi afetada não apenas internamente, mas também no exterior. Além disso, cada vez mais os investidores internacionais têm optado alocar capital em projetos do Brasil em estágio avançado, com recursos demonstrados e praticamente prontos para entrar em operação", comentou.

Por fim, o especialista lembrou que tamanha complexidade pode ser transposta a partir da estruturação de uma Agência Nacional de Mineração (ANM) forte e capaz de enfrentar estes impasses.

Neste sentido, ele ressaltou que o setor já trabalha na criação de uma bolsa de minério para o país e que um grande passo foi a criação da Comissão Brasileira de Recursos e Reservas (CBRR), em 2015, estabelecendo as práticas na elaboração de relatórios nos termos dos códigos do Comitê de Reservas Minerais e Padrões Internacionais de Relato (Committee for Mineral Reserves International Reporting Standards - CRIRSCO). As informações são do Diário do Comércio.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 29/01/2020



MINERADORAS QUEREM SE ALIAR A MERCADO DE CAPITAIS PARA AMPLIAR PESQUISA

Com a defasagem de desenvolvimento geológico no Brasil, o setor mineral, representado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), quer lançar no País uma estrutura de mercado de capitais voltada a financiar o setor. O modelo seria semelhante ao que já existe no Canadá e Austrália, mercados nos quais há muitas mineradoras listadas. O presidente do conselho do Ibram, Wilson Brumer, afirma que a entidade vem se debruçando sobre as experiências externas. A ideia, agora, é sentar com a B3 para desenvolver essa iniciativa.

Resgate

A intenção é resgatar a pesquisa geológica no Brasil. O País tem ficado atrás, por exemplo, no avanço de novas capacidades e de tecnologia. Como efeito, o Brasil tornou-se insignificante em mineração de terras raras, apesar de suas grandes reservas, um mercado hoje dominado pela China. As terras raras são itens fundamentais à alta tecnologia e já chamado de "ouro do século XXI".

Fonte: Estadão
Autora: Fernanda Guimarães
Data: 30/01/2020



OURO

Coomic apresenta projeto Cutia

A Cooperativa Mista do Garimpo da Cutia (Coomic), anunciou a liberação da Licença de Operação (LO) e da Guia de Utilização (GU), documentos que autorizam o beneficiamento e a comercialização de ouro e cobre no município. Os trabalhos já se iniciaram e em poucos dias começa a produção mineral, informa a cooperativa.

Os cooperados acreditam que o ouro e o cobre poderão ser extraídos nos 629 hectares pertencentes à Coomic, sendo que até o momento apenas 8% da área foi pesquisada.

A implantação e a operação do projeto têm a assistência técnica da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), que aproveitará para oferecer estágio aos seus acadêmicos durante as formações relacionadas ao setor minerário. Em relação às garantias técnicas e jurídicas, a Coomic afirma que está resguardada e com um quadro de assessoramento responsável para que tudo aconteça a fim de que a exploração minerária, de 400 toneladas de minério produzidas em cada turno de 8 horas, seja feita em benefício de todos.

Segundo Raimundo Lopes, presidente da Coomic, há 15 anos eles vêm lutando em busca de uma grande produção na área da Cutia. Ele disse também que na operação será priorizada a mão de obra local, estimando que, em princípio, o projeto deverá gerar aproximadamente 70 postos de trabalho, número que deve crescer de acordo com o aumento da produção, podendo chegar a cerca de mil empregos diretos.

Fonte: Brasil Mineral
Data: 23/01/2020



JAGUAR RETOMA SONDAGEM PARA AUMENTAR RESERVAS NA MINA DE OURO TURMALINA, EM MG

A Jaguar Mining informou nesta terça-feira (28) que irá retomar as campanhas de sondagem e de exploração de crescimento na mina de ouro Turmalina, em Minas Gerais. Segundo a empresa canadense, em 2020 a sondagem será retomada por meio de uma plataforma subterrânea de diamante operada pela Major Drilling. A companhia também relatou os resultados da sondagem promovida na operação em 2019.

De acordo com a Jaguar, 11 cruzamentos da campanha em Turmalina relataram relação de teor (g/t Au) x espessura (m) maior que 25 GM (gramas por metro) com os melhores resultados em Orebody A, com 15,22 g/t Au em 8,36m (20,20 g/t Au em 5,55m), e Orebody C, com 8,02 g/t Au em 7,66m (19,35 g/t Au em 2,75m).

O diretor-executivo da Jaguar, Vern Baker, afirmou que o "reinício do programa de exploração de crescimento na Turmalina é um marco importante na transformação em andamento da Jaguar para estabilizar, crescer e sustentar a produção de suas operações-chave" no quadrilátero ferrífero.

"O ciclo anterior de grande sucesso da exploração do crescimento iniciado no final de 2016 culminou em um aumento material nos Recursos Minerais da empresa em 2017-2018 e na Reserva Mineral no início de 2019", declarou o executivo. "Prevê-se que as atividades de sondagem em Turmalina substituam o esgotamento da minas com um inventário de reserva sustentado de quatro anos", completou.

"Esse ciclo de exploração do crescimento se concentrará em adicionar novas onças de Recursos Minerais e Reservas Minerais de alta qualidade contíguas à infraestrutura de mineração existente. Paralelamente, a equipe de exploração está trabalhando para avançar a próxima geração de alvos prioritários para campos brownfield perto da mina, apoiando os objetivos de crescimento imediato e de longo prazo da empresa", concluiu.

No ano passado, a Jaguar já havia relatado o resultado de uma sondagem para aumento das reservas da mina de Turmalina que identificou trecho com até 7,08 gramas de ouro por tonelada ao longo de 3,85 metros.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 29/01/2020



GARIMPO

Atividade ilegal no Madeira cresce

Apesar de proibida, a garimpagem de ouro em área de Proteção Ambiental (APA) às margens e no leito do rio Madeira, em Rondônia, cresceu em 2019. As invasões comandadas por garimpeiros bateram recordes, porém os números ainda não foram divulgados pela Secretaria do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) nem por cooperativas que tiveram seus cooperados presos pela Polícia Federal através de operações.

Somente na APA Rio Madeira, a montante da ponte sobre o Rio Madeira, pelo menos 30 dragas foram apreendidas e 60 garimpeiros presos pelo Batalhão Ambiental durante Operação da Polícia Federal. Porém, segundo dados de Organizações Não-Governamentais (ONGs), 'a maioria pagou fiança e logo foram soltos'.

A exploração de ouro na APA Rio Madeira foi proibida no governo Oswaldo Piana, quando as extrações ilegais atingiram níveis alarmantes e puseram em risco a segurança da navegação na região. Entre outras preocupações estavam também o elevado número de mortes entre garimpeiros e a poluição do Rio Madeira por metais pesados, entre os quais o mercúrio.

Já na gestão de Ivo Cassol e Confúcio Aires Moura os garimpos ilegais atingiram o 'boom' das extrações, não só ao longo do Rio Madeira, mas em todo o Estado, como nos rios Machado, Roosevelt e na Floresta Nacional Bom Futuro, onde os garimpos de cassiterita funcionaram sem controle, atestou ex-dirigente de uma cooperativa local.

Fonte: Revista Brasil Mineral

Data: 23/01/2020



ACIONISTAS DA EQUINOX E LEAGOLD APROVAM FUSÃO

Os acionistas da Equinox e da Leagold Mining aprovaram nessa terça-feira (28) a operação de fusão das empresas. Em comunicado conjunto, as companhias informaram que nas respectivas assembleias extraordinárias foram aprovados “todos os assuntos” necessários para a criação de “uma das principais empresas produtoras de ouro do mundo”, que vai operar inteiramente nas Américas.

A transação foi anunciada em 16 de dezembro passado. Na ocasião, a Equinox relatou a oferta para a aquisição da então rival por US\$ 578 milhões, equivalentes a cerca de R\$ 2,2 bilhões.

O negócio prevê que os acionistas da Leagold recebam 0,331 de ações da Equinox por cada ação da Leagold detida, levando em consideração o preço de mercado de US\$ 2,06 por ação ordinária da Leagold, usando os preços de fechamento das ações ordinárias das empresas na Bolsa de Valores de Toronto em 13 de dezembro. Com a conclusão do negócio, os acionistas da Equinox e Leagold possuirão aproximadamente 55% e 45% da empresa incorporada, respectivamente.

De acordo com a Equinox, a transação deve ser concluída em fevereiro, "sujeita a aprovações regulatórias", incluindo das bolsas de valores de Toronto (TSX) e Nova York (NYSE). A empresa resultante da fusão continuará como Equinox Gold, com o símbolo EQX.

Com a conclusão da fusão, a empresa passa a ser proprietária de sete minas de ouro operacionais nas Américas. Quatro são no Brasil: Aurizona, no Maranhão; Fazenda, na Bahia; RDM, em Minas Gerais; e Pilar, em Goiás. As três últimas eram operadas pela Leagold. As outras operações são Mesquite, nos EUA, operada pela Equinox, e o complexo Los Filos, no México, da Leagold.

A companhia prevê uma produção de 700 mil onças de ouro este ano, com a expectativa de superar 1 milhão de onças do metal dourado já em 2021.

Votações

Na assembleia extraordinária dos acionistas da Equinox, a transação foi aprovada por 99,88% dos votos, com acionistas detentores de 51.255.001 ações ou 45,18% das ações em circulação da companhia presentes pessoalmente ou representadas por procuração na assembléia.

No caso da Leagold, a fusão foi aprovada por 99,73% dos votos dos acionistas, sendo que presentes ou representados por procuração detinham 212.463.328 ações ou 74,57% do total do capital em circulação.

Fonte: Notícias de Mineração

Autor: Marcelo Portela

Data: 30/01/2020



SECTI E CBPM ASSINAM COMPROMISSO PARA PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO NA MINERAÇÃO

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) realizaram, nesta terça-feira (28), o Workshop de Alinhamento do Ecossistema de Inovação na

Mineração com as equipes de ambos os órgãos, no auditório da CBPM, localizado no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

Na ocasião, foi possível articular sobre estratégias para fomentar o setor minerador através de políticas de CT&I que permitem ações efetivas. Além disso, foi assinado um acordo de cooperação técnica para promover ações e fortalecer o ecossistema de inovação na mineração, sendo a primeira etapa a realização do Workshop.

A secretária da Secti, Adélia Pinheiro, e o presidente da CBPM, Antônio Carlos Tramm, foram convidados para realizar a assinatura que oficializou o termo. O momento representou a união entre a Secti e o setor mineral que representa grande impulsionamento no Estado.

A parceria tem por missão desenvolver ações de inovação, sendo a CBPM, um parceiro estratégico na área de pesquisa, capaz de promover o intercâmbio de conhecimentos e ações.

A secretária Adélia ressalta que é através de proximidades como esta que o avanço da tecnologia pode ser incorporado no setor público e privado.

"Promover inovação é agregar qualidade na vida da população. Por isso, realizamos esse workshop e assinamos este compromisso para termos o ecossistema unido e engajado para melhorar a vida da sociedade em um setor como a mineração que está presente em diversos territórios baianos e deve receber investimento para avançar com segurança e sustentabilidade", disse. Já o presidente da CBPM, Antônio Carlos Tramm, afirma que um evento como este se traduz em medidas positivas para a mineração.

"São através de associações como esta junto a Secti que queremos concluir a implementação do Hub Bahia de Mineração, com o intuito de fixar os empresários na Bahia para que eles possam viver a melhor experiência do Estado. O compromisso que assinamos possibilita à mineração e ao Governo do Estado o caminho de implantar novas medidas, pois não existe mineração sem inovação", concluiu.

Fonte: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral

Data: 30/01/2020



COOPERATIVA RECEBE LICENÇAS PARA EXPLORAR OURO E COBRE NO PARÁ

A Cooperativa Mista do Garimpo de Cutia (Coomic) recebeu a Licença de Operação (LO) e a Guia de Utilização (GU) para o beneficiamento e comercialização de ouro e cobre no Pará. Segundo a cooperativa, a exploração minerária no município de Curionópolis terá uma capacidade de produção de 400 toneladas em cada turno de oito horas.

A Coomic declarou que apenas 8% da área de 629 hectares foram pesquisados, podendo, portanto, conter uma quantidade de recursos ainda maior, o que, no futuro, pode aumentar a produção. O anúncio foi feito em reunião na sede da entidade, em 18 de janeiro

"Tivemos a felicidade de obtermos o licenciamento da operação. Essa reunião é exatamente para dar essa notícia e apresentar essas licenças para todos os associados, demonstrando que estamos aptos a iniciar essas atividades", disse o assessor jurídico da Coomic, Rafael Menegon.

O engenheiro de mina e de segurança no trabalho da cooperativa, Alex Sousa, afirma que a atividade será feita de forma segura e diferente do que acontece em muitos garimpos.

"Estamos estudando a cava, fazendo a construção de taludes e estradas, para garantirmos a segurança de todos os envolvidos diretamente no trabalho de extração, ao contrário da realidade no processo de garimpagem", declarou, ressaltando que relatórios serão enviados para a Agência Nacional de Mineração (ANM).

A implantação e operação do projeto, conforme a cooperativa, tem a assistência técnica da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unfesp), que aproveitará para oferecer estágio aos seus alunos durante as formações relacionadas ao setor minerário.

"A universidade achou interessante essa parceria pelo fato de poder inserir nossos alunos que poderão sair das salas de aula, levando-os para uma situação real desde o licenciamento até a operação de lavra e beneficiamento", disse o professor Denilson Costa. O objetivo do projeto, segundo ele, é para que a cooperativa consiga extrair todo o ouro e cobre existentes na área.

Segundo o presidente da Coomic, Raimundo Lopes, a cooperativa agora almeja gerar receita para os seus associados e gerar mil empregos diretos, com prioridade para a mão de obra local, conforme a produção for aumentando. "Agora a missão da cooperativa é produzir, gerar dividendos e poder repassar aos grandes donos, que são os cooperados. Na operação, iremos priorizar a mão de obra local", disse.

A princípio, segundo Lopes, o projeto deverá gerar aproximadamente 70 vagas, número que deve crescer de acordo com o aumento da produção, devendo chegar a cerca de mil trabalhadores diretos.

Fonte: Notícias de Mineração

Autor: Bruno Trindade

Data: 29/01/2020



MINERS NEED TO ADOPT NEXT-GENERATION VALUES TO BATTLE REPUTATION CRISIS, SAYS ANGLO AMERICAN BOSS

Despite mining's contribution to almost every aspect of modern life, the industry is still seen as one that takes more than it gives, which has brought it to the reputation crisis it faces today, Anglo American chief executive officer, Mark Cutifani, said on Monday.

"We need to connect the future of mining with next-generation societal values," Cutifani told delegates at African Mining Indaba, the continent's biggest gathering of professionals from the resources extraction sector.

"These are the values of increased transparency, responsible technological innovation, sustainability and shared prosperity, all of which are emergent in our world and are shaping a very different future society."

His blunt assessment came as mining companies are under increasing investor pressure to curb carbon emissions, which has led them to shed the most polluting power sources and seek lower costs by using alternatives.

The son of a working-class crane driver, who grew up near Sydney, Australia, he has seen the sector's transformation in the last five decades, both technologically and socially.

While the sector has modernized, using automation and artificial intelligence to make mines more productive and safer, he believed it has not changed to the same extent as other industries.

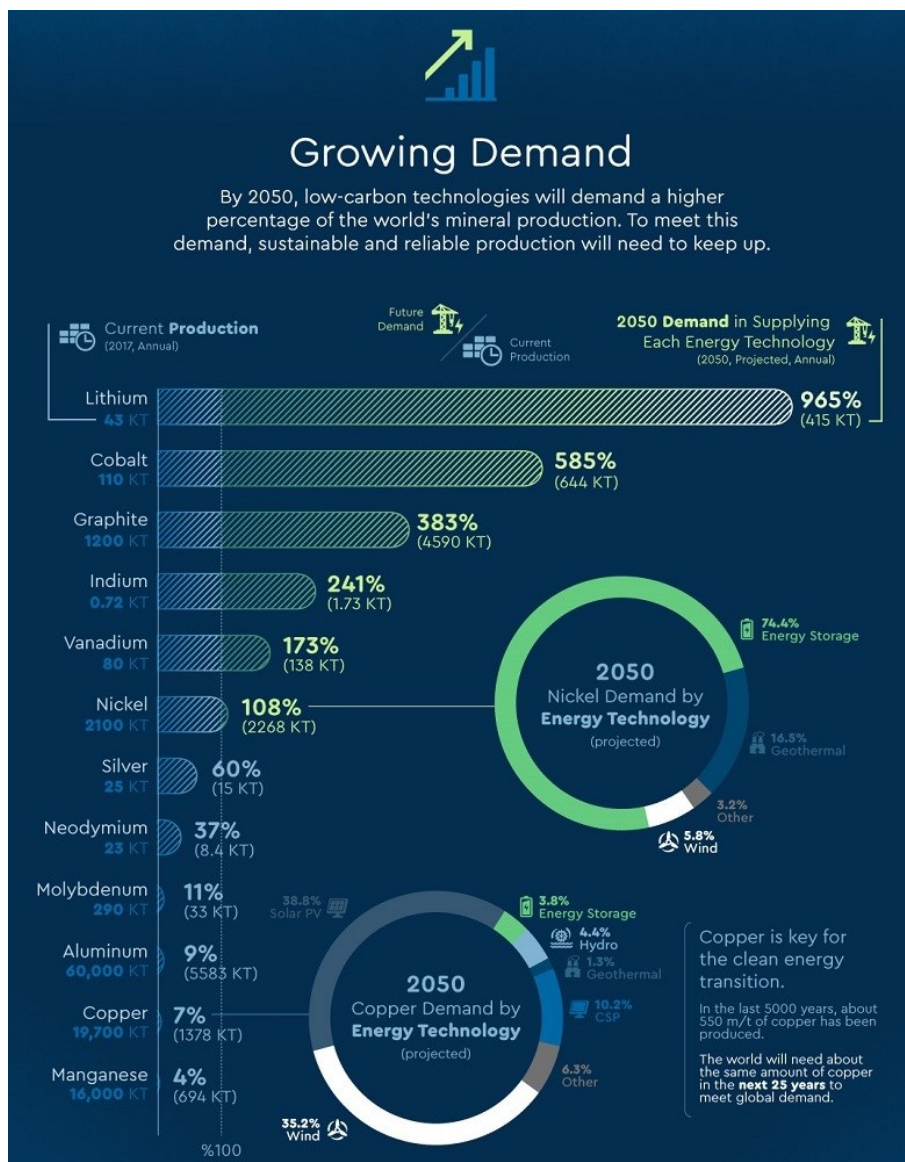
Declining grades, at the same time, are forcing companies to dig deeper to keep up production rates, while increasing energy needs and water consumption.

Cutifani said the sector faces the challenge of needing to do things differently, “to find new, safer, more sustainable and cost-effective ways” to supply the essential raw materials needed for a rapidly growing and urbanizing global population, expected to reach 9.5-billion people by 2050.

Cutifani highlighted while mining drives 45% of the world’s economic activity, whether directly or indirectly, it disturbs only a small fraction of the earth’s surface. However, it still needs to do more on the environmental and communities front.

“If we are going to continue to play an instrumental role in powering human progress into the future, we need to ask ourselves some tough, but necessary questions about our values as an industry,” he said.

Anglo’s boss noted the company has set ambitious target to reduce its greenhouse gas emissions and improve energy efficiency by 30% by 2030. He added that while most top miners are on the same path, there is one issue that gets lost in the debate over a greener future — the fact that the transition to a low carbon economy cannot happen without the products of mining.



“The metals and minerals that we produce are the essential raw materials for all our modern lives – from the platinum group metals that clean vehicle emissions or enable hydrogen energy, to the copper essential for renewable energy and all our phones and other devices,” Cutifani said.

He called the audience to work collaboratively with governments on ensuring that they have an adequate supply of sustainable, cost-effective and reliable energy.

“I believe that mining has the opportunity to not only continue positively powering human progress, including through technology, towards a cleaner, greener, more sustainable world, but to do so in a way that is more closely aligned to what society expects of us. That is how we will deliver enduring value – locally and globally,” Cutifani concluded.

The mining veteran’s comments come on the same day a report published by Moody’s indicated that green, social and sustainability bond issuance is expected to hit a combined record of \$400 billion in 2020, up 24% from the previous record of \$323 billion achieved in 2019.

Fonte: MINING.COM

Autora: Cecilia Jamasmie

Data: 03/02/2020



VI CONGRESSO BRASILEIRO DE CARVÃO MINERAL

O Congresso Brasileiro de Carvão Mineral é o principal evento nesse tema no país e está em sua sexta edição (VI CBCM) com o tema norteador “Desafios para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do Carvão Mineral”, e é promovido por diversas universidades, pelo MCTIC e pela ABCM. O VI CBCM será realizado no Centro de Eventos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul entre os dias 25 a 28 de maio de 2020. O evento contará com renomados pesquisadores e representantes da indústria e órgãos como palestrantes de forma a congregar a comunidade científica, bem como o setor produtivo, para promover discussões relacionadas aos desafios e oportunidades da efetiva inserção do carvão brasileiro na economia nacional. As inscrições podem ser feitas por meio do link <https://6cbcm.galoa.com.br/>.

Fonte: Comissão Organizadora do VICBCM

Data: 06/02/2020



VI CONGRESSO BRASILEIRO DE ROCHAGEM

O IV Congresso Brasileiro de Rochagem ocorrerá na Universidade Federal de Catalão, na cidade de Catalão-GO, no período de 22 a 25 de junho de 2020, onde os participantes poderão compartilhar e ampliar as discussões e sugestões para o fortalecimento dessa rota tecnológica. Entre os objetivos do evento estão: i) apresentar e divulgar os avanços técnico-científicos relacionados ao método de caracterização, de eficiência agrônômica e de propriedades biológicas do solo, bem como o uso dos remineralizadores de solo; ii) avaliar e discutir os avanços obtidos ao longo dos últimos anos; iii) incentivar a formação de redes de pesquisa multidisciplinar com a técnica da rochagem para a remineralização e fertilização dos solos; iv) formalizar iniciativas de Arranjos Produtivos Locais de base agrícola-mineral Consolidar o uso da rochagem

como mecanismo de remineralização de solos degradados ou empobrecidos quimicamente; v) discutir a criação da Política Nacional de Remineralização (PNR) Ampliar os registros de comercialização e uso de remineralizadores.

SAVE THE DATE!



IV CONGRESSO
**BRASILEIRO DE
ROCHAGEM**

22 A 25
DE JUNHO DE 2020

CATALÃO - GOIÁS

Será realizado um concurso de redação com o tema: “A importância dos remineralizadores de solo para a agricultura sustentável” que premiará as melhores redações elaboradas por alunos(as) que estejam matriculados(as) em qualquer curso de graduação.

Mais informações e inscrições podem ser feitas pelo link: eventos.ufg.br.

Fonte: Comissão Organizadora do VI CBR

Data: 06/02/2020